

CCJ examina projeto que viabiliza criação de municípios

A criação de municípios, que espera regulamentação desde 1996, pode ser liberada se substitutivo do senador Tasso Jereissati virar lei. A matéria é um dos itens da reunião da CCJ. **3**

População apóia proposta anti-homofobia, diz DataSenado

Levantamento realizado este mês pelo DataSenado mostra que 70% dos entrevistados concordam com aprovação de projeto que torna crime o preconceito contra homossexuais. **6**

Alvaro vê avanços no Código de Processo Penal

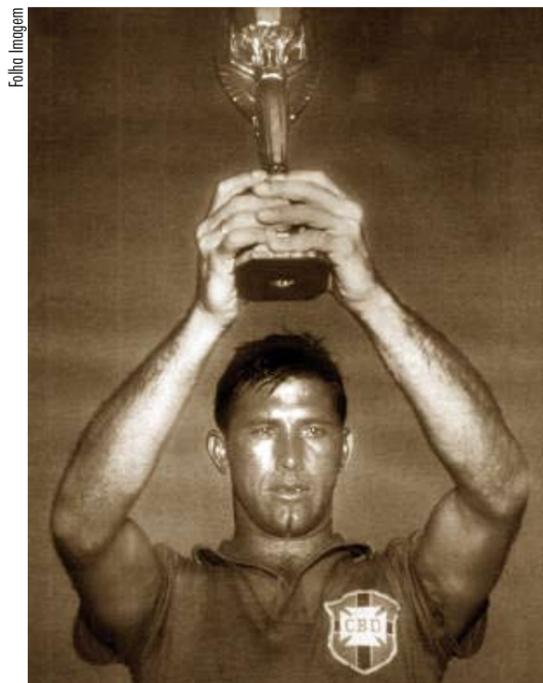
Senador destaca, entre as inovações importantes sancionadas recentemente, o capítulo que trata dos crimes de competência do tribunal do júri. **6**

Presidente do Senado pede proteção da PF a Arthur Virgílio

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, pediu ao ministro da Justiça, Tarso Genro, proteção da Polícia Federal (PF) à família do senador Arthur Virgílio, em Manaus. Filho do senador foi ameaçado de morte. **8**

Suplicy: renda mínima contra miséria em Timor Leste

O senador Eduardo Suplicy defendeu uma renda básica para todos como melhor forma de combater a pobreza. Ele informou que em Timor Leste, onde esteve semana passada, programa pode ser comandado por brasileira. **8**



Bellini, capitão do time vencedor da Copa da Suécia, ergue a taça Jules Rimet: título abriu caminho de conquistas

Senado celebra primeira conquista da Seleção

Campeões de 1958 foram convidados para audiência da Comissão de Educação, prevista para amanhã. O evento, que integra a Semana de Comemoração dos 50 Anos da Conquista da Copa do Mundo, resulta de parceria do Senado com os governos federal e do Distrito Federal. **4**

Prioridade a direitos das pessoas com deficiência

Projeto que aprova texto de convenção firmado em Nova York será submetido ao exame da Comissão de Relações Exteriores

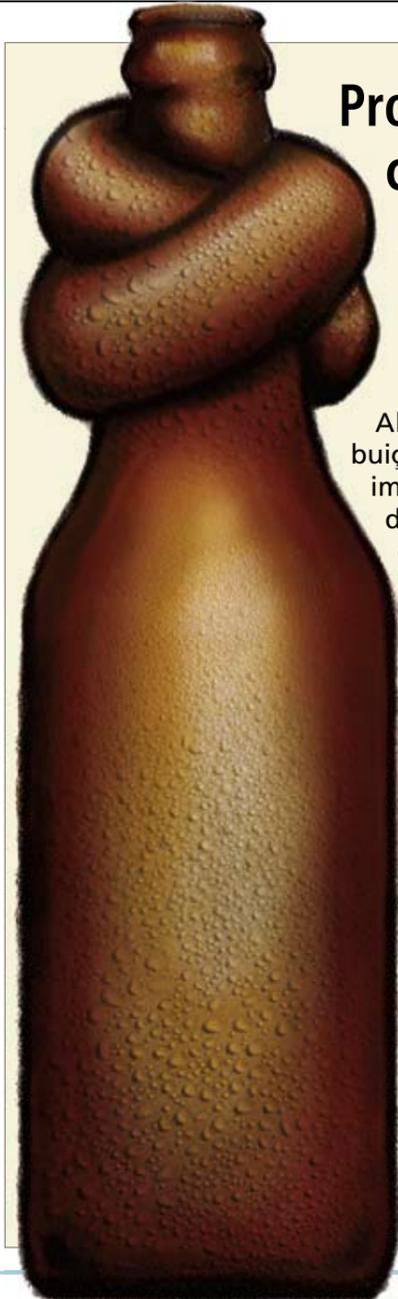
A aprovação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência tramita "acima de qualquer outra prioridade", segundo o presidente do Senado, Garibaldi Alves. Se receber aprovação da Comissão de Relações Exteriores, onde tem Eduardo Azeredo como relator, o texto será submetido ao Plenário. Para o presidente do Senado, a integração das pessoas com deficiência à sociedade constitui uma "exigência de quem tem no coração os melhores sentimentos". Os países que ratificam a convenção obrigam-se, entre outras coisas, a adotar todas as medidas necessárias à realização dos direitos reconhecidos pelo texto. Deverão, ainda, levar em conta "a proteção e a promoção dos direitos humanos das pessoas com deficiência", além de tomar medidas para eliminar a discriminação. **4 e 5**

Tomada de depoimento de criança exige cuidado especial

A necessidade de ambiente especial para a inquirição de crianças em processos nos quais são vítimas foi discutida em videoconferência a partir do auditório do Interlegis. A iniciativa permitiu conhecer a experiência adotada pela Justiça em Porto Alegre. Na próxima terça-feira, a Comissão de Constituição e Justiça debaterá a questão, tema de projeto em exame no colegiado. **2**



Consultor Fernando Carlos e psicóloga Mariza Borges dirigem videoconferência



Projeto combate abuso de álcool

Projeto de Garibaldi Alves que cria contribuição incidente sobre a importação e a venda de bebidas alcoólicas está pronto para ser votado na Comissão de Assuntos Econômicos. O projeto, que recebeu parecer favorável de Marcelo Crivella, visa reduzir o consumo abusivo de álcool e financiar ações de combate ao alcoolismo. Para Garibaldi, são tão graves e numerosos os problemas do alcoolismo que se torna complexo determinar suas consequências sobre uma comunidade. **7**

Videoconferência no Interlegis debate a experiência da Justiça de Porto Alegre na inquirição de menores vítimas, especialmente, de abuso sexual

Depoimento de crianças requer cuidados especiais

A INQUIRIRÃO DE crianças em processos judiciais nos quais são vítimas foi discutida ontem no auditório do Programa Interlegis – Comunidade Virtual do Poder Legislativo, por meio de videoconferência. Na terça-feira da próxima semana (1º de julho), audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) debaterá o assunto, que é tema de projeto de lei (PLC 35/07) em tramitação no colegiado.

A videoconferência foi promovida pela Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados e pelo Conselho Regional de Psicologia da 1ª Região para conhecer a experiência já realizada pela Justiça de Porto Alegre em relação à tomada de depoimento de crianças e adolescentes vítimas, especialmente, de abuso sexual.

Na opinião da psicóloga da 1ª Vara da Infância e da Juventude de Porto Alegre, Betina Tabajaski, é importante oferecer

à criança a oportunidade de se manifestar. No entanto, ela propõe que o depoimento de crianças e adolescentes não seja tomado no mesmo lugar em que acontecem audiências com adultos, mas em ambiente especial, sem a presença do réu,

com a finalidade de reduzir danos psicológicos.

Na videoconferência, Betina Tabajaski explicou os procedimentos adotados pela Justiça da capital gaúcha. Disse que a audiência com a criança é gravada em CD, o qual passa a fazer parte do processo e é utilizado nas demais instâncias, evitando que a criança tenha de falar várias vezes sobre o caso de que foi vítima. Ela afirmou que, desde o momento em que a criança resolve contar a alguém da família sobre o abuso que vem sofrendo até a conclusão do processo, ela terá de repetir a história nas várias fases, em torno de sete vezes. Para reduzir os danos psicológicos, ressaltou, o objetivo é que a criança fale no máximo

duas vezes, ou, até mesmo, tenha respeitada a sua vontade de ficar calada.

A assistente social da 2ª Vara da Infância e da Juventude de Porto Alegre, Vanea

Maria Visnievski, informou que experiências similares à de Porto Alegre já existem na Argentina, Espanha, Inglaterra e África do Sul, entre outros países. Ela enfatizou que a forma da sessão judicial não é alterada com a audiência especial de crianças

Para a psicóloga Betina Tabajaski, é importante oferecer à criança a oportunidade de se manifestar



Consultor Fernando Carlos Wanderley Rocha e a psicóloga Mariza Monteiro Borges participam da discussão

e adolescentes. Informou ainda que os profissionais das áreas de Psicologia e de Assistência Social atuam como “facilitadores” entre o juiz e o depoente.

A promotora de Justiça do estado do Rio Grande do Sul Velela Dobke destacou que os principais objetivos da audiência especial são evitar maiores danos a crianças e adolescentes, em primeiro lugar, e produzir provas. Ela lembrou que atos de abuso sexual normalmente acontecem de forma clandestina e, na maioria das vezes, a única prova é o depoimento da vítima. Velela Dobke destacou que a formalidade do ambiente e a presença do juiz, do réu, de advogados e de outras pessoas estranhas à criança podem inibi-

la de se manifestar.

A videoconferência do Interlegis contou com a participação de pessoas de vários estados, que puderam questionar as conferencistas também por e-mail. Em Brasília, o evento foi conduzido pelo consultor legislativo Fernando Carlos Wanderley e pela presidente do Conselho Regional de Psicologia da 1ª Região, Mariza Monteiro Borges. A íntegra da videoconferência pode ser acessada no site do conselho: www.crp-01.org.br.

Audiência

A relatora do PLC 35/07 na comissão de Justiça, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), é a autora de requerimento para a realização de audiência pública, na

comissão, sobre a matéria. Ela sugere que sejam convidados para o debate a subsecretária de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH), Carmem Silveira de Oliveira; a presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), Maria Luiza Moura; o presidente da Sociedade de Psiquiatria do Rio Grande do Sul, Fernando Lejdermani; o juiz titular da 2ª Vara da Infância e da Juventude de Porto Alegre, José Antônio Daltoé Cezar; e a representante da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia, Esther Arantes.

Senado doa livros a biblioteca e escola potiguaras

A Biblioteca Pública Câmara Cascudo e o Instituto de Educação e Reabilitação de Cegos do Rio Grande do Norte (Ierc), ambos em Natal, receberam no sábado livros doados pelo Senado. A doação foi feita por intermédio do presidente do Senado, Garibaldi Alves, que participou da sétima edição do Seminário de Marketing Político e Eleitoral do *Diário de Natal*, no Centro de Convenções da capital potiguar.

Alguns dos livros doados fazem parte da coleção Edições do Senado Federal, além de outros sobre legislação federal e ainda títulos em braile. Entre os dias 19 e 21 de junho, estande do Senado Federal expôs 68 títulos publicados pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep) para os participantes do seminário. Também foram apresentadas as edições em braile da Constituição, do Estatuto da Criança e do Adolescente,

da Lei de Diretrizes Básicas da Educação, entre outras.

História

A Biblioteca Pública Câmara Cascudo, mantida pela Fundação José Augusto, também recebeu do Senado cópia de documentos históricos, como o termo de posse de Café Filho na Vice-Presidência da República e a lei de criação do Departamento Nacional de Obras contra a Seca (Dnocs).



Garibaldi Alves entrega livro em braile a representante do Instituto dos Cegos do Rio Grande do Norte

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário: discursos

Às 14h, a sessão, não-debaterativa, será destinada a pronunciamentos dos senadores.



Documentário sobre tragédia ucraniana

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) exibe, às 14h30, o filme *Holodomor* (Grande Fome), do diretor Olesh Yan-chúk. O tema é a tragédia vivida pelo povo ucraniano entre 1932 e 1933, devido à carência de alimentos, que resultou na morte de cerca de 10 milhões de pessoas.

Direitos Humanos vai a Porto Alegre

Às 9h, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realiza audiência pública em Porto Alegre para apurar denúncia de maus-tratos a militantes de movimentos sociais em conflito com a Brigada Militar na capital gaúcha.

Dificuldades no ensino a alunos superdotados

Audiência pública, às 10h, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) discutirá os problemas enfrentados no ensino de alunos com altas habilidades (superdotação), tanto por professores quanto pelos próprios estudantes. Es-

tão convidados para o debate o secretário de Educação do Distrito Federal, José Luiz Valente; a professora da Universidade de Brasília (UnB) Denise Fleith; e representantes dos ministérios da Ciência e Tecnologia e da Educação.



Vânia Maione é uma das coordenadoras do evento

Unilegis realiza seminário sobre políticas públicas

A Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis) realiza na próxima segunda-feira, a partir das 18h30, o seminário *Políticas Públicas no Brasil*. O debate faz parte do Ciclo de Conferências Unilegis, dirigido aos alunos dos cursos de especialização da instituição e à comunidade legislativa, em geral. O público interessado poderá acompanhar as palestras ao vivo pela internet, no portal do Interlegis.

Participam do seminário a doutora em Ciência Política e professora da Universidade de Brasília (UnB) Maria das Graças Rua; a doutora em Ciências Humanas e professora da Universidade de São Paulo (USP) Marta Arretche; o doutor em Economia, consultor do Senado e professor da Unilegis Marcos José Mendes. A mesa de debates será coordenada por Leany Barreiro Lemos, doutora em Estudos Comparados das Américas, coordenadora do Curso de Ciência Política e professora da Unilegis.

Federalismo

De acordo com a vice-reitora Acadêmica da Unilegis, Vânia Maione, o objetivo do seminário é aprofundar a discussão sobre as políticas públicas no Brasil, tanto na teoria como na prática, especialmente nas questões relacionadas ao federalismo, à responsabilidade fiscal e às políticas sociais.

O seminário será realizado no Auditório Antonio Carlos Magalhães, do Programa Interlegis. O evento também serve à disciplina Seminários dos cursos de pós-graduação *latu sensu* da Unilegis: especialização em Administração Legislativa, Ciência Política, Comunicação Legislativa e Direito Legislativo.

Substituto de Tasso Jereissati aumenta rigor nos processos de criação de municípios para evitar que áreas inviáveis do ponto de vista econômico-social ganhem autonomia política e fiscal

CCJ pode votar novas regras para a criação de municípios

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) poderá dar, amanhã, o primeiro passo para tornar mais racionais a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios. Na pauta da comissão, o substitutivo do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) a quatro projetos de lei do Senado que tratam do assunto – o PLS 98/02, do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR); o PLS 60/08, do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA); e os PLSs 503/03 e 96/08, ambos do ex-senador Sibá Machado.

Segundo a assessoria de Jereissati, relator das matérias, os quatro projetos, que regulamentam o parágrafo 4º do artigo 18 da Constituição, “são convergentes”. Na essência, com o substitutivo, o senador cearense buscou dar resposta à exigência de maior disciplina nos processos de alteração do quadro de municípios e evitar a autonomia de áreas inviáveis do ponto de vista econômico-social.

Seguindo o que manda o texto

constitucional, a assembleia legislativa ficará responsável pelos procedimentos de mudança na situação do município, concluída só após a realização de plebiscito.

De acordo com o texto, a área ou áreas interessadas na criação, incorporação, fusão ou desmembramento de municípios terão de encaminhar requerimento à assembleia provando o atendimento de alguns requisitos, como densidade demográfica mínima. A assembleia, então, mandará fazer um estudo de viabilidade econômica e social do requerimento. Se constatada a viabilidade, o plebiscito será realizado.

A densidade demográfica mínima exigida dos novos municípios será de 5 mil habitantes para a região Norte, 10 mil habitantes para as regiões Nordeste e Centro-Oeste e 15 mil habitantes para as regiões Sudeste e Sul. De toda maneira, a nova área e a área remanescente (município original) terão de ficar com a população equilibrada. Outra

exigência é que o eleitorado seja igual a 50% da população. Além disso, as áreas constituintes do novo município não poderão ser de propriedade da União e terão de apresentar quantidade significativa de construções, vias e equipamentos urbanos.

Todo esse rol de requisitos tem como objetivo impedir que sejam criados municípios apenas com interesses políticos ou para o recebimento de verbas federais, como ocorreu depois de promulgada a Constituição de 1988, cujas regras foram consideradas extremamente liberais nesse aspecto. Os vícios só foram corrigidos por meio da Emenda 15, de 1996, mas o artigo 18 ficou pendente de regulamentação, o que sobrestou a criação de municípios.

Se a matéria for aprovada na comissão, seguirá para exame do Plenário do Senado e, se acolhida, será apreciada pela Câmara dos Deputados. A reunião da CCJ começa às 10h.



A CCJ tem uma pauta de 24 itens, que inclui a PEC que abre o sigilo fiscal de servidores públicos e de quem tem contrato com o Estado

Suspensão dos sigilos bancário e fiscal durante o mandato eletivo

Também está entre os 24 itens da pauta da CCJ o substitutivo do senador Pedro Simon (PMDB-RS) à Proposta de Emenda à Constituição 47/05, do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), que restringe os sigilos bancário e fiscal.

De acordo com o texto, durante o período de investidura em cargo público de caráter eletivo, ficam suspensos os sigilos bancário e fiscal do agente político. A suspensão desses sigilos aplica-se ainda aos contratantes com a administração pública, bem como aos ocupantes de funções, cargos e empregos públicos, de qualquer natureza, durante a vigência da relação contratual ou do vínculo empregatício.

A proposta de Cristovam suspendia o sigilo dos agentes políticos ocupantes de cargos eletivos, do Poder Executivo e do Legislativo, e de servidores públicos ocupantes de cargos em comissão ou funções de confiança, das administrações direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito

Federal e dos municípios.

A alteração sugerida por Simon foi justamente a de ampliar a eliminação do sigilo para todos os servidores públicos e para os contratantes com a administração pública.

– O direito ao sigilo bancário é uma das expressões do direito à privacidade, direito individual que se aplica, em princípio, a todos. Por outra parte, tem o Estado o direito de proteger o seu patrimônio, por exemplo, de toda sorte de corrupção, em benefício da sociedade – afirma Cristovam na justificativa da PEC.

Para Simon, “a busca de efetivação dos princípios da moralidade e da publicidade na administração pública tem promovido, na jurisprudência, na legislação e na doutrina, mudanças importantes que confirmam a tendência à flexibilização do sigilo, desde que fundamentada”.

Como se trata de mudança na Constituição, a proposta tem de ser examinada pelo Plenário do Senado e depois pela Câmara.

Maciel quer menos sanções a eleitor que deixar de votar

Entre as matérias em apreciação na CCJ, está o projeto (PLS 244/06) de Marco Maciel (DEM-PE) que diminui as sanções a eleitores faltosos e que não se justificam no prazo legal. Atualmente, os infratores ficam impedidos de se inscrever em concurso público, tomar posse em cargo público ou obter empréstimos de entidades estatais, obter passaporte e renovar matrícula em estabelecimento de ensino público.

Maciel argumenta que as restrições impostas ao exercício da cidadania ou da atividade econômico-financeira são excessivas e de constitucionalidade duvidosa. No seu entender, a multa cobrada do eleitor que não justificar sua ausência, bem como a possibilidade do cancelamento do registro eleitoral no caso de não votar em três eleições consecutivas, já representam medidas suficientes para desestimular a abstenção. A matéria tem decisão terminativa na CCJ.



Mesquita Júnior acha leilão dispositivo injusto

Mesquita Júnior questiona PEC dos Precatórios

Ao discursar ontem em Plenário, o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) demonstrou preocupação com o teor do substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 12/06 que altera regras de pagamento dos precatórios. O substitutivo, de autoria do senador Valdir Raupp (PMDB-RO), foi aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania na última quarta-feira. Na opinião de Mesquita Júnior, as mudanças podem acentuar as dificuldades que milhares de brasileiros têm para receber esses pagamentos. O substitutivo deverá ser apreciado no Plenário do Senado nas próximas sessões.

Devedores

Precatórios são as dívidas da administração pública cujo pagamento foi determinado pela Justiça – ou seja, são as dívidas dos governos federal, estaduais e municipais (e também do Distrito Federal) reconhecidas por meio de sentença judicial. Os principais devedores em atraso da Federação são estados e municípios, cujos precatórios em atraso já somariam cerca de R\$ 70 bilhões.

Mesquita Júnior considerou injusto o dispositivo que instituiu o leilão para o pagamento de parte das dívidas, pois algumas pessoas já esperam há décadas o recebimento desses haveres. O senador aproveitou para ler artigo do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Cezar Britto, no qual afirma que a situação dos precatórios já foi apelidada de “calote oficial”. Pelo estudo da Ordem um cidadão brasileiro que entrar na “fila dos precatórios” em 2009, levaria de 15 a 100 anos para receber o pagamento.

Convenção foi tema de audiência pública na semana passada, quando o presidente do Senado, Garibaldi Alves, afirmou que o assunto está acima de qualquer outra prioridade. Ratificado no Congresso, texto terá força de emenda constitucional

CRE analisa convenção sobre direitos de pessoas com deficiência



Adelmiir Santana é autor do requerimento de sessão especial

Sessão especial homenageia bombeiros do DF

O Senado tem sessão especial programada para esta quinta-feira, às 10h, destinada a comemorar o transcurso dos 152 anos de criação do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. O requerimento solicitando a realização da sessão é de autoria do senador Adelmiir Santana (DEM-DF).

Em julho de 1856, o inspetor do Arsenal de Marinha das Cortes, Joaquim José Inácio, apresentou uma exposição de motivos para a criação e implantação do Corpo de Bombeiros. A partir desse documento, o Ministério da Justiça elaborou o Decreto Imperial 1.775, assinado pelo imperador dom Pedro II, promulgado no dia 2 de julho de 1856.

Esse decreto reuniu em uma só administração as diversas seções que até então existiam para o Serviço de Extinção de Incêndios nos Arsenais de Marinha de Guerra, Repartição de Obras Públicas e Casa de Correção, criando, portanto, o Corpo Provisório de Bombeiros da Corte, sob a jurisdição do Ministério da Justiça.

Definitivo

O Decreto 2.587, de 30 de abril de 1860, tornou definitivo o então Corpo Provisório de Bombeiros da Corte, passando sua jurisdição para o Ministério da Agricultura, criado na mesma data e tendo como titular e organizador o almirante Joaquim José Inácio, que, posteriormente, se tornou Visconde de Inhaúma. A partir desse período, o Corpo de Bombeiros adquiriu instrumentos para seu funcionamento e passou a ter efetivo de 300 homens.

Já no período republicano, a instituição teve, em 1894, sua primeira enfermaria. Nos anos posteriores, melhorou suas instalações, inaugurou uma farmácia em suas dependências e passou a fornecer aos bombeiros tratamento médico nos quartéis, obtendo ainda sua primeira ambulância, em 1899.

Em abril de 1954, o então presidente Getúlio Vargas instituiu o Dia do Bombeiro Brasileiro, celebrado até hoje no dia 2 de julho, e a Semana de Prevenção Contra Incêndios.

O PROJETO DE decreto legislativo (PDS 90/08) que aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, firmado em Nova York em 30 de março de 2007, será submetido à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) em sua reunião de amanhã. Caso seja acatado pela CRE, onde tem como relator o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), o texto será submetido ao Plenário.

A aprovação da convenção tramita "acima de qualquer outra prioridade", segundo afirmou na semana passada o presidente do Senado, Garibaldi Alves. Durante audiência pública realizada para discutir o tema, o senador disse que a integração na sociedade das pessoas com deficiência "não pode mais ser postergada", por ser uma "exigência de quem tem no coração os melhores sentimentos".

A convenção tem como principal objetivo, conforme definido no primeiro artigo, "promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente".

Os países que ratificam a con-



Eduardo Azeredo (E) é o relator da convenção que obriga o Estado a adotar medidas para conscientizar a sociedade sobre os direitos das pessoas com deficiência e para que a falta de acessibilidade, por exemplo, deixe de ser um obstáculo para o exercício desses direitos

venção obrigam-se, entre outras coisas, a adotar todas as medidas necessárias à realização dos direitos

reconhecidos pelo texto. Deverão ainda levar em conta, em todos os programas e políticas públicas, "a

proteção e a promoção dos direitos humanos das pessoas com deficiência", além de tomar medidas para

eliminar a discriminação baseada em deficiência. Uma das inovações contidas no

texto da convenção é a obrigatoriedade de os Estados partes comprometerem-se a adotar medidas para

"conscientizar toda a sociedade, inclusive as famílias, sobre as condições das pessoas com deficiência

Senado celebra os 50 anos da conquista da Copa do Mundo

A audiência pública da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) marcada para amanhã é um dos itens da programação da Semana de Comemoração aos 50 Anos da Conquista da Copa do Mundo, que começou ontem e se estende até o próximo dia 28. A semana é realizada pelo Senado em parceria com o governo do Distrito Federal e o governo federal.

Entre outros eventos, integram a programação a exibição dos filmes *Rádio Gogó* e *Pelé Eterno*, no Cine Brasília; a leitura do texto "Complexo de Viralata", de Nelson Rodrigues, pela atriz Verônica Bondezan, no Teatro Nacional; o Festival de Comida Sueca, no restaurante comunitário do Distrito Federal, que fica na cidade-satélite Recanto das Emas; e as exposições *Selando o Futebol Arte*, no

Espaço Cultural Renato Russo, e *As Marcas do Rei*, no Complexo Cultural da República. Veja a programação completa no site <http://www.senado.gov.br/comunica/copa50/>.

A primeira vitória da Seleção Brasileira de Futebol foi na Suécia, na Copa do Mundo de 1958. Também foi a primeira vez que um time sul-americano levantou a taça Jules Rimet na Europa. Na final, o Brasil jogou com o time dos anfitriões, a Suécia, e, mesmo com a derrota de 5 a 2 em casa, a torcida sueca aplaudiu de pé a equipe brasileira. O time campeão era integrado por Bellini, Castilho, De Sordi, Dida, Didi, Dino Sani, Djalma Santos, Garrincha, Gilmar, Joel, Mauro Ramos, Mazzola, Moacir, Nilton Santos, Oreco, Orlando Peçanha, Pelé, Pepe, Vavá, Zagallo, Zito e Zózimo, comandados por Vicente Feola.

Debate: o que fazer para motivar os superdotados?

Os problemas enfrentados na educação de alunos superdotados, tanto por professores quanto pelos próprios estudantes com altas habilidades, deverão estar em debate hoje, em audiência pública da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), a partir das 10h. Na reunião, serão avaliadas, também, propostas de políticas públicas com vistas ao incremento das potencialidades desses alunos.

O requerimento para a realização do debate é dos senadores Cristovam Buarque (PDT-DF) e Paulo Duque (PMDB-RJ).

Em entrevista à Agência Senado, Cristovam afirmou ontem que essa audiência pública é inédita, pois, no Brasil, segundo ele, não há políticas públicas voltadas para os

superdotados, que acabam desmotivados para prosseguir em seus estudos.

Como resultado do encontro, a CE pretende elaborar um documento sobre o assunto, a ser distribuído às principais autoridades brasileiras nessa área.

Foram convidados para a discussão o secretário de Educação do Distrito Federal, José Luiz Valente; o diretor de Políticas e Programas Temáticos do Ministério da Ciência e Tecnologia, Isaac Roitman; a professora do Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento da Universidade de Brasília (UnB) Denise de Souza Fleith; e a diretora do Departamento de Políticas de Educação Especial (Seesp), do Ministério da Educação (MEC), Cláudia Maffini Fribocki.



A Comissão de Educação convidou craques da Seleção de 58 para a audiência pública; hoje, senadores devem debater política para superdotados

Senadores assistem a documentário sobre massacre na Ucrânia

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional promove hoje, às 14h30, a exibição de um documentário do diretor Olesh Yanchúk. O filme trata do massacre de 10 milhões de ucranianos durante o governo stalinista da União Soviética, denominado Holodomor, palavra derivada de expressão ucraniana que significa "matar pela fome".

Segundo o documentário, entre

1932 e 1933, em decorrência das políticas aplicadas pelo regime soviético, sob as ordens de Stalin, cerca de 10 milhões de ucranianos, inclusive mulheres e crianças, na região de Kuban, no Cáucaso do Norte e na própria Ucrânia, foram dizimados em decorrência da fome.

A antiga União Soviética negou, por longos anos, o episódio, até que a Ucrânia, durante as comemorações do

15º aniversário de sua independência – 24 de agosto de 2006 –, reconheceu, oficialmente, o Holodomor. Com essa iniciativa, passou a reivindicar que as nações amigas aprovassem moção de reconhecimento desse genocídio executado contra o povo ucraniano.

Para o presidente da comissão, Heráclito Fortes (DEM-PI), a exibição do filme pretende reverenciar a memória das vítimas e alertar para que fatos

dessa natureza não mais se repitam no mundo. Na opinião do senador, é preciso estimular a fraternidade entre os povos.

A exibição contará com a presença de senadores, acadêmicos da Universidade de Brasília e da Universidade Católica de Brasília, bem como de membros do corpo diplomático, inclusive o embaixador em exercício da Ucrânia, Yuliy Tatárchenko.

O PSDB surgiu durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, e, após dez anos de sua fundação, já estava presente em todos os estados brasileiros. Posteriormente, elegeu para presidente da República, por dois mandatos consecutivos – exercidos de 1º de janeiro de 1995 a dezembro de 2003 –, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, que também exerceu os cargos de ministro da Fazenda e senador, e atualmente é presidente de honra do partido.

Representantes

O manifesto de fundação do PSDB foi assinado por 40 deputados e oito senadores. Atualmente, o partido tem 63 deputados federais, dos quais seis estão licenciados para exercer outros cargos; 12 senadores e cinco governadores, além de vice-governadores, deputados estaduais, prefeitos e vereadores. Representam a legenda os senadores Alvaro Dias (PR), Arthur Virgílio (AM), Eduardo Azeredo (MG), Flexa Ribeiro (PA), João Tenório (AL), Lúcia Vânia (GO), Marconi Perillo (GO), Mário Couto (PA), Marisa Serrano (MS), Pappaléo Paes (AP), Sérgio Guerra (PE) e Tasso Jereissati (CE).

Comissão de Orçamento reúne-se com relatores e coordenadores

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) marcou para amanhã duas reuniões. Às 10h, o relator-geral da proposta do Orçamento para 2009, senador Delcídio Amaral (PT-MS), deve se encontrar com os relatores setoriais e com o relator da Receita. Já às 14h30 o presidente da comissão, deputado Mendes Ribeiro Filho (PMDB-RS), vai se reunir com os coordenadores das bancadas estaduais.

Segundo Delcídio, o encontro dos relatores visa dar início à elaboração dos cronogramas e às ações de cada uma das relatorias. A proposta orçamentária de 2009 deverá ser encaminhada ao Congresso pelo Executivo em agosto.

A CMO já designou os parlamentares responsáveis pelas dez relatorias setoriais do Orçamento e também o relator da Receita.

Os relatores setoriais e suas respectivas áreas temáticas são:

- deputado Carlito Merss (PT-SC), da Infra-Estrutura;
- deputado Aníbal Gomes (PMDB-CE), da Saúde;
- senadora Kátia Abreu (DEM-TO), da Integração Nacional e Meio Ambiente;
- deputado Bruno Araújo (PSDB-PE), da Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte;
- senador César Borges (PR-BA),

do Planejamento e Desenvolvimento Urbano;

– deputado Dilceu Sperafico (PP-PR), da Fazenda, Desenvolvimento e Turismo;

– deputado Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), da Justiça e Defesa;

– deputado Guilherme Campos (DEM-SP), dos Poderes do Estado e Representação;

– senador Neuto de Conto (PMDB-SC), da Agricultura e Desenvolvimento Agrário; e

– senador Gim Argello (PTB-DF), do Trabalho, Previdência e Assistência Social.

Além deles, a comissão designou o deputado Jorge Khoury (DEM-BA) para a relatoria da Receita do Orçamento.

LDO para 2009

De acordo com a assessoria de Mendes Ribeiro Filho, o encontro, a ser realizado à tarde, visa discutir se a proposta da Lei de Diretrizes Or-



CMO tem duas reuniões amanhã: pela manhã será debatido o cronograma das relatorias, e à tarde a possibilidade de aprovação da LDO no dia 2



Sérgio Guerra é autor do requerimento da sessão conjunta

Congresso comemora os 20 anos do PSDB

O Congresso comemora amanhã, em sessão solene conjunta, às 11h, os 20 anos de fundação do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). A homenagem foi requerida pelo senador Sérgio Guerra (PE), presidente da agremiação.

Criado em 25 de junho de 1988, o PSDB tem mais de 1 milhão de filiados e quase todos os seus fundadores integram o chamado "PMDB histórico" antes de 1988. Entre os fundadores do partido, destacam-se os paulistas José Serra, Fernando Henrique Cardoso e Geraldo Alckmin, além dos já falecidos Franco Montoro, Mário Covas, Sérgio Motta e Magalhães Teixeira. Fora de São Paulo, a agremiação arregimentou no ano de sua fundação Pimenta da Veiga, Eduardo Azeredo, José Richa (falecido), Afonso Arinos (falecido), Chagas Rodrigues, Almir Gabriel, Teotônio Vilela Filho e Maria de Lourdes Abadia.

O PSDB surgiu durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, e, após dez anos de sua fundação, já estava presente em todos os estados brasileiros. Posteriormente, elegeu para presidente da República, por dois mandatos consecutivos – exercidos de 1º de janeiro de 1995 a dezembro de 2003 –, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, que também exerceu os cargos de ministro da Fazenda e senador, e atualmente é presidente de honra do partido.

Alvaro Dias destaca avanços no Código de Processo Penal

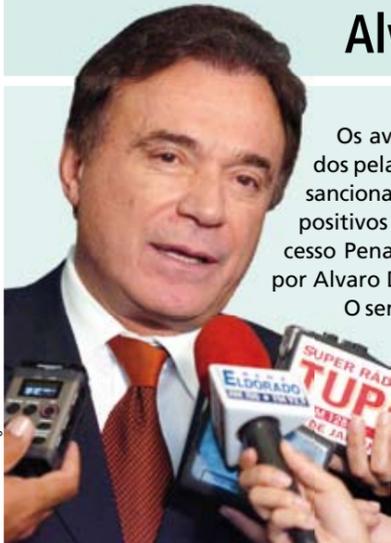


Foto de Genaldino Magalhães

Os avanços proporcionados pelas leis recentemente sancionadas que alteram dispositivos do Código de Processo Penal foram destacados por Alvaro Dias (PSDB-PR).

O senador elogiou as leis 1.689 e 11.690/08, especialmente o capítulo que trata das regras para o processo e julgamento dos crimes de competência

do tribunal do júri.

Entre os avanços, Alvaro Dias ressaltou a instituição da participação efetiva do jurado durante as discussões, formulando perguntas para o acusador ou defensor por meio do juiz, bem como examinando o processo em qualquer fase dos debates. Com isso, observou, o jurado não será mais "condenado ao silêncio e ao universo das dúvidas".

– A nova lei sobre o tribunal do júri representa um extraordinário

avanço democrático em comparação com o respectivo capítulo do código vigente, elaborado ainda na vigência do Estado Novo, e que entrou em vigor por decreto-lei nos idos de 1942 – assinalou.

Outra mudança festejada pelo senador foi a introdução de mecanismos que assegurem maior participação popular, ampliando o universo de alistamento dos jurados, maior transparência no processo de sorteio e convocação de jurados. O sorteio de jurados,

exemplificou, será realizado a portas abertas e com a presença de representantes do Ministério Público, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da Defensoria Pública.

– Quero ainda ressaltar que a revogação do recurso do protesto por novo júri, sustentada por René Dotti desde 1992, no anteprojeto e em artigos e palestras, significa também uma grande conquista desse longo e tortuoso itinerário – concluiu.

Raupp defende regularização fundiária no Norte

Valdir Raupp (PMDB-RO) chamou a atenção para a necessidade de implementação de um sistema de georreferenciamento em Rondônia que possibilite a regularização fundiária de propriedades agrícolas e a realização de um zoneamento agroecológico, econômico e social.

De acordo com o senador, a medida seria fundamental para garantir o desenvolvimento sustentável e viabilizar o acesso dos produtores rurais aos financiamentos agrícolas oficiais.

– A grande desordem na Amazônia é a falta de regularização fundiária para ordenar a ocupação na região. O problema tem que ser atacado de frente, de imediato, com uma força-tarefa do governo federal, mandando mais funcionários para o Incra e para o Ibama da região – disse.

Raupp é contrário à punição de agricultores que derrubaram a floresta em proporção maior do que o permitido pela legislação ambiental atual, porém, de acordo com as leis vigentes à época em que realizaram os cortes.

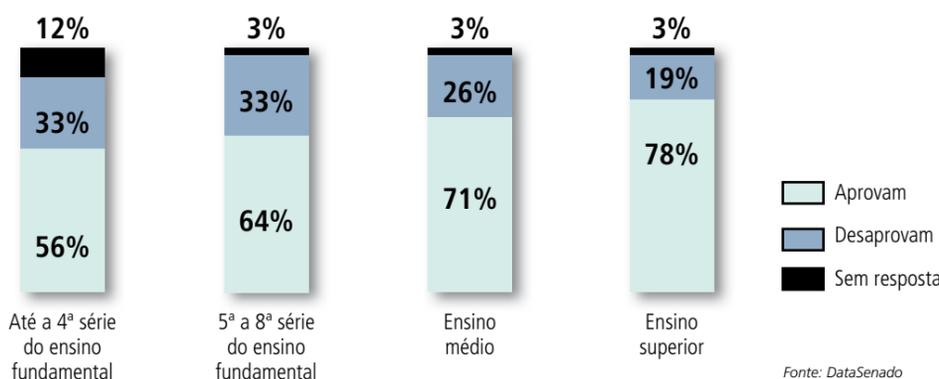
– Devemos caminhar para uma situação ideal de "desmatamento zero", mas daqui para a frente – declarou.



Moreira Moritz

Senador pede georreferenciamento para evitar desordem na Amazônia

Aprovação do projeto que criminaliza a homofobia



DataSenado: maioria quer proteção a homossexuais

Proposta que torna crime o preconceito contra homossexuais está em análise no Senado e ganhou apoio de 70% dos entrevistados em pesquisa realizada este mês

PESQUISA REALIZADA PELO DataSenado revelou que 70% dos brasileiros concordam com a aprovação do projeto de lei que torna crime a discriminação e o preconceito contra homossexuais (PLC 122/06). O maior índice de concordância com a proposta foi apresentado pelos entrevistados da região Sul (73%), com nível superior (78%) e idade entre 16 e 29 anos (76%).

Já os menores índices, apurou o estudo, encontram-se entre os pesquisados na região Centro-Oeste (55%), os que cursaram até a quarta série do ensino fundamental (55%) e pessoas com mais de 30 anos (67%).

No que se refere à religião, a criminalização de atos de preconceito contra homossexuais é defendida por 55% dos evangélicos, enquanto 39% deles querem a rejeição do projeto de lei. Dos entrevistados de outras religiões, o que inclui a



Márcia Kallme

Fátima Cleide relata projeto que pune a discriminação contra homossexuais

católica, mais de 70% apóiam a aprovação da matéria. Ainda de acordo com a pesquisa, 79% dos brasileiros que se declaram ateus defendem a criminalização da homofobia.

A proposta é de autoria da deputada Iara Bernardi e tem a senadora Fátima Cleide (PT-RO) como relatora tanto na Comissão de Assuntos Sociais (CAS),

em que o projeto está tramitando, como na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

O DataSenado promoveu a investigação após aumento expressivo de telefonemas registrado pelo serviço de atendimento Alô Senado com comentários sobre o assunto – no último ano, o Alô Senado recebeu 140 mil manifestações, número recorde desde 2003.

A pesquisa foi realizada por meio de telefone entre os dias 6 e 16 deste mês, entrevistou 1.122 pessoas maiores de 16 anos, com acesso a telefone fixo e residentes em capitais brasileiras. A maioria dos entrevistados é do sexo feminino (54%), reside na região Sudeste (48%), possui o nível médio (51%), está na faixa etária entre 20 e 29 anos (24%) e tem renda familiar entre dois e cinco salários mínimos.

Geovani Borges lembra a história de Mazagão

Geovani Borges (PMDB-AP) comentou em Plenário artigo da professora Bárbara Freitag, publicado no jornal *Correio Braziliense*, em que ela conta a história de Mazagão, cidade do Amapá onde nasceu o senador e em que foi prefeito.

Segundo Geovani, Mazagão era o nome de uma cidade situada entre Alcácer Quibir e Agadir, na costa da África, que foi, entre 1514 e 1769, uma fortaleza de Portugal no norte da África. Em 1561, a Mazagão africana resistiu ao ataque de 120 mil mouros. Duzentos anos depois, novamente sob ataque, recebeu ordem da Coroa portuguesa para abandonar o local e os 2 mil mazaganenses foram distribuídos em 14 navios, com todos os seus bens. Levados a Portugal, seis meses depois foram transferidos para o Amapá, para defender o território contra os franceses fixados na Guiana.

Hoje com 14 mil habitantes, Mazagão do Amapá é um município turístico. Conforme o senador, o passado da cidade é lembrado anualmente no dia de São Tomé, quando há uma cavallhada que representa mouros e cristãos guerreando.



Genaldino Magalhães

Geovani conta que cidade do Amapá tem festa tradicional com cavallhada

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Alvaro Dias • Papaléo Paes • João Pedro

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli
 O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920



José Cruz

Senador acompanha votação no país africano com democracia ameaçada

Virgínio observará pela CRE eleições no Zimbábue

O senador Virgínio de Carvalho (PSC-SE) foi designado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) para cumprir missão oficial na República do Zimbábue, como membro da missão que acompanhará o segundo turno das eleições presidenciais naquele país. O requerimento em que Virgínio pede permissão para o seu afastamento no período de 24 de junho a 3 de julho foi lido ontem na sessão plenária.

– Certamente nós senadores precisamos acompanhar de perto os esforços que a comunidade das nações e a própria ONU venham a realizar para que haja um processo de pacificação e democratização efetivo, e não o que estava ocorrendo. O presidente [Robert] Mugabe chegou a declarar que, se ele perdesse as eleições, iria promover uma verdadeira guerra civil – disse o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), em comentário ao requerimento.

O parlamentar explicou que as eleições em segundo turno talvez nem ocorram de fato porque o candidato da oposição, Morgan Tsvangirai, resolveu retirar a candidatura, denunciando que o processo eleitoral no Zimbábue estava se tornando um genocídio. Tsvangirai afirma que só não foi eleito no primeiro turno por haver fraudes.

Proposta de Garibaldi Alves, pronta para exame na Comissão de Assuntos Econômicos, cria contribuição incidente sobre importação e venda de bebidas

Vai a votação projeto que combate abuso de álcool

ESTÁ PRONTO PARA votação, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), projeto de autoria do senador Garibaldi Alves (PMDB-RN) que cria a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) incidente sobre a importação e a comercialização de bebidas alcoólicas. A idéia do projeto (PLS 520/07), que receberá decisão terminativa, é reduzir o consumo abusivo do álcool e financiar ações de combate ao alcoolismo.

Apresentado no ano passado, o texto tem parecer do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) favorável à sua aprovação, com três emendas de redação. Com 13 artigos, a proposição estabelece que o produto da arrecadação dessa nova Cide se destinará exclusivamente ao financiamento de ações de controle e combate ao alcoolismo. Há uma ressalva, contudo, de que os recursos não poderão ser usados para fins publicitários.

O projeto determina que a utilização desses recursos seja

acompanhada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), com a remessa anual de parecer específico sobre o tema ao Congresso Nacional. Estabelece também a isenção da contribuição sobre a receita da bebida alcoólica vendida para o fim específico de exportação.

São indicados como contribuintes da Cide-Bebidas Alcoólicas o produtor e o importador, pessoa física ou jurídica. Outro artigo da proposta estabelece que é responsável solidário por essa contribuição o adquirente de mercadoria de procedência estrangeira, no caso de a importação realizar-se por sua conta e ordem, por intermédio de pessoa jurídica importadora.

Na justificativa do projeto, Garibaldi

Alves afirma que o álcool pode provocar ou agravar, em maior ou menor grau, uma série de condições patológicas nos seres humanos, além de interferir em inúmeros outros aspectos da vida, tais como trabalho, lazer e afetividade. Em sua opinião, são tão graves e numerosos os efeitos do alcoolismo que chega a ser complexo determinar suas consequências sobre uma comunidade.

“Os índices de problemas relacionados ao álcool na população variam de acordo com aspectos biológicos, culturais e sociais, inclusive, podendo variar ao longo do tempo dentro de um mesmo ambiente socio-cultural. Dessa forma, a simples informação sobre o volume de álcool consumido não reflete fidedignamente a magnitude dos problemas por ele provocados em um determinado grupo populacional, ainda que seja um fator de relevância indiscutível”, diz o presidente do Senado.



Foto de José Cruz



Genalbo Migele

“Não há necessidade de aumentar carga tributária para custear a saúde”

Papaléo diz que governo não precisa da CSS

O senador Papaléo Paes (PSDB-AP) reafirmou suas críticas à tentativa do governo de aprovar a criação da Contribuição Social para a Saúde (CSS), com o argumento de que os recursos arrecadados irão cobrir as despesas com saúde previstas na Emenda Constitucional 29. Papaléo afirmou que os dados divulgados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) sobre a arrecadação de impostos no país demonstram que há recursos suficientes para prover essas despesas.

A Emenda 29 fixa percentuais mínimos a serem investidos anualmente em saúde pela União, estados e municípios. A regulamentação da matéria, conforme o projeto aprovado na Câmara, estabelece que a União destinará, até 2011, 10% da arrecadação tributária para a saúde, o que significará um aumento de R\$ 20 bilhões para o setor somente em 2008. Para cobrir esses gastos, os governistas apresentaram emenda ao projeto criando a CSS.

Para o senador, todavia, a simples regulamentação da Emenda 29 traria recursos suficientes para a saúde, evitando a criação do novo tributo que, segundo ele, “não passa de mais uma sobrecarga de impostos sobre a população mais pobre”.

– Acobertado pela base parlamentar, o governo tenta, de qualquer maneira, ressuscitar a CPMF [Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira], agora sob o nome de CSS, com o agravante de justificar não dispor de recursos para custear as despesas decorrentes da aplicação da Emenda 29. Ou seja, é uma sórdida chantagem: ou o Congresso aprova esse novo tributo, ou o governo não cumprirá sua obrigação constitucional – alertou Papaléo Paes.

Ex-territórios

Papaléo também cobrou a aprovação do reajuste da remuneração dos policiais militares dos ex-territórios, lembrando que a categoria está sendo injustificada em relação às outras corporações, incluindo a do Distrito Federal, que teve reajuste salarial aprovado pelos senadores em abril.

Papaléo lembrou que, na votação da proposta, que beneficiou os policiais do DF, o líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), prometeu que novo projeto do Executivo estenderia o reajuste aos policiais militares dos ex-territórios, o que não foi cumprido até agora, protestou.

ILB inicia processo no MEC para certificar pós-graduação

O Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) venceu a primeira etapa do processo para que a instituição possa certificar cursos de pós-graduação *lato sensu* que são oferecidos pela Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis). O Ministério da Educação (MEC) aceitou a documentação preliminar protocolada pelo Senado, o que permitirá o acompanhamento *on-line* do processo.

O pedido de credenciamento foi encaminhado pela diretora executiva do ILB, Denise Zoghbi, nomeada por procuração do presidente do Senado, Garibaldi Alves, reitor da Unilegis, como representante da instituição junto à Secretaria de Educação Superior do MEC, para tomar as providências necessárias ao credenciamento.

A expectativa é de que, cumpridos prazos e exigências legais, o Instituto Legislativo Brasileiro receba o credenciamento do MEC até o final deste ano. Segundo Denise Zoghbi, a certificação para os cursos de pós-graduação da Unilegis

é o reconhecimento do ensino acadêmico do Senado.

A partir do credenciamento, o ILB passará a certificar os cursos da Unilegis, que hoje oferece cinco cursos presenciais de pós-graduação *lato sensu*: Administração Legislativa, Orçamento Público, Comunicação Legislativa, Ciência Política e Direito Legislativo. Atualmente, esses cursos são realizados em parceria com universidades brasileiras, que emitem os cer-

tificados de conclusão.

Para o diretor-geral do Senado e vice-reitor-executivo da Unilegis, Agacieli Maia, o credenciamento do ILB junto ao MEC para a certificação de cursos superiores de especialização representa a consolidação do trabalho na área educacional que vem sendo desenvolvido pelo Senado. Agacieli entende que conhecimento é fator chave nas gestões modernas e o investi-

mento em educação, o melhor caminho para a qualificação do profissional e a prestação de serviços de qualidade.

– O credenciamento junto ao MEC é mais uma grande conquista do ensino corporativo desenvolvido há 11 anos no Senado. Trata-se do reconhecimento oficial aos programas de educação da instituição e prova de que nossos esforços ao longo desses anos foram acertados – declarou Agacieli.



Moneira Moiz

Atualmente, para emitir certificados, cursos da Unilegis são realizados em parceria com outras universidades nacionais

Senador relata experiência do Alasca, onde a população é beneficiada pelos *royalties* obtidos com o petróleo, e as negociações para aplicar a idéia em Timor Leste

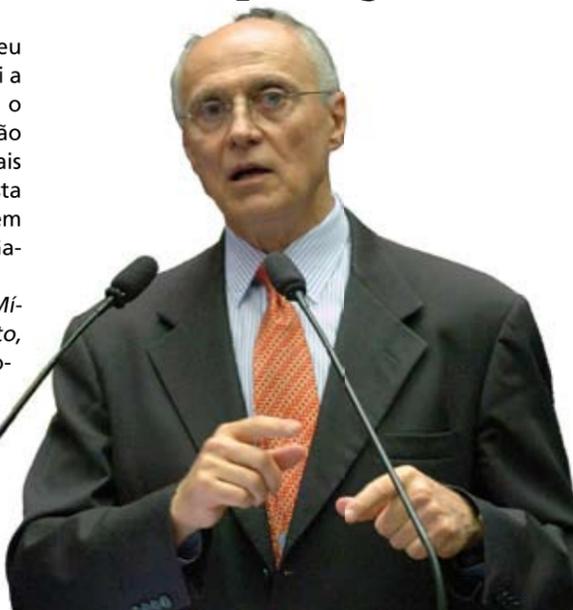
Programa de renda básica é o mais eficaz, diz Suplicy

O SENADOR EDUARDO Suplicy (PT-SP) defendeu a implementação da Lei 10.835/04, que institui a Renda Básica de Cidadania, sustentando que o programa seria o mais eficaz para a erradicação da pobreza e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A lei é decorrente de proposta de sua autoria, cuja tramitação foi iniciada em 1991, sob a denominação de Programa de Garantia de Renda Mínima.

Conforme o senador e autor do livro *Renda Mínima de Cidadania: A resposta dada pelo vento*, a idéia, amplamente difundida em países europeus, é aplicada de forma exemplar no Alasca, onde populações de determinadas regiões se beneficiam da renda obtida pelos municípios produtores de petróleo, por meio da distribuição de *royalties*.

No Brasil, disse, o programa tem sua aplicação vinculada a programas sociais dos últimos governos, como o Bolsa Família, o Bolsa Escola e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Suplicy argumenta que a implementação total do programa Renda Básica de Cidadania beneficiaria universalmente a população brasileira, "sem estimular a ociosidade". Ele citou o programa Bolsa Família, do governo Luiz Inácio Lula da Silva, como o que mais se aproxima da proposta original, por beneficiar cerca de um quarto da população.

Em seu discurso, Eduardo Suplicy também leu



Eduardo Suplicy representou o Senado em conferência em Dublin

uma cronologia da luta que trava pela universalização do programa Renda Básica de Cidadania no Brasil e em outros países pobres. E destacou sua primeira participação na Conferência Internacional da Bien (Basic Income Earth Network), em 1994, em Londres, e na última, em Dublin, onde representou o Senado, entre os dias 20 e 21 deste mês, defendendo sua tese.

Projeto deve ser implantado em Timor Leste

Eduardo Suplicy relatou viagem que fez na semana passada a Timor Leste e à Irlanda com o objetivo de divulgar e debater a proposta de renda básica de cidadania. Segundo o senador, estão avançadas as articulações para que a brasileira Ana Maria Medeiros da Fonseca seja a coordenadora de um programa de distribuição de renda em Timor Leste.

Ana Maria foi a secretária-executiva do Bolsa Família, no Brasil, em seu primeiro ano de funcionamento e continuou trabalhando no programa quando este passou para a esfera do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Anteriormente, ela fizera parte da equipe da prefeitura de São Paulo durante a gestão de Marta Suplicy (PT) e, juntamente com o secretário de Desenvolvimento do Trabalho e Solidariedade, Márcio Pochmann, respondeu pelo programa Renda Mínima Associado à Educação no município de São Paulo.

Atualmente, Ana Maria trabalha para a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) em atividades como a transmissão, a diversos governos da América Latina, da experiência brasileira em programas na área.

— Ana tem as condições ideais para prestar assessoria ao governo de Timor Leste. Eu liguei para ela, que me falou de seu entusiasmo para uma missão dessa natureza — relatou Suplicy. O parlamentar se reuniu com o presidente daquele país, José Ramos-Horta, e representantes de organismos internacionais que estão ajudando na construção de Timor Leste.

Ainda conforme Eduardo

República Democrática de Timor Leste

DESCOBERTO EM 1512, Timor Leste foi uma colônia portuguesa que declarou sua independência em 28 de novembro de 1975, mas só obteve reconhecimento em 20 de maio de 2002



* ESTIMATIVA DE 2002

CAPITAL: Dili
LÍNGUA OFICIAL: Português
GOVERNO: Democracia parlamentar
- PRESIDENTE: José Ramos-Horta
- PRIMEIRO-MINISTRO: Xanana Gusmão
ÁREA: 15.410km²
FRONTEIRA: Indonésia
POPULAÇÃO: 924.000*
IDH (2007): 0,514 (médio)

Suplicy, o diretor do Banco Mundial, Antonio Franco, lhe disse que a instituição está disposta a arcar com as despesas de levar um brasileiro e uma brasileira para Timor Leste com o objetivo de cooperar com a implantação do Renda Básica de Cidadania. Atualmente, o país desenvolve um programa-piloto denominado Bolsa das Mães, que leva em conta a experiência brasileira do Bolsa Família. A implementação desse programa apresenta alguns entraves, tendo em vista a precária estrutura administrativa local e a inexistência de uma rede bancária moderna e de caixas automáticos, o que impede a implantação de um sistema com cartão eletrônico.

Distribuição

Assim mesmo, a intenção do governo timorense é iniciar um programa mais arrojado de distribuição de renda para os mais necessitados.

— Embora tendo uma das mais baixas rendas *per capita* no mundo, Timor poderia seguir exemplo semelhante ao do Alasca e prover aos seus 1,1 milhão de habitantes uma renda básica de cidadania, principalmente

agora que o país deu início à exploração de petróleo, o que tem gerado cerca de 100 milhões de dólares por mês para um fundo petrolífero — comentou Suplicy, lembrando diálogo com Ramos-Horta.

Timor Leste tem interesse em receber ajuda brasileira em outras áreas, o que deverá ser debatido em viagem que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fará àquele país no dia 12 de julho próximo.

Suplicy também discorreu sobre o 12º Congresso Internacional da Basic Income Earth Network (Bien), realizado de 20 a 21 de junho, em Dublin, na Irlanda, onde foram apresentados os trabalhos "Timor Leste, salário mínimo, garantia de empregos, pagamentos de bem-estar ou renda básica", do professor John Tomlinson, da Queensland University of Technology, da Austrália; e "Renda básica e o direito à existência em Timor Leste", de David Casassas, Daniel Raventos e Juliet Wark. Esses estudos mostram a possibilidade de Timor Leste se tornar um exemplo da implantação da Renda Básica de Cidadania, segundo Suplicy.

Garibaldi pede proteção da PF para família de Virgílio

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, pediu ontem ao ministro da Justiça, Tarso Genro, que acione a Polícia Federal para assegurar proteção, em Manaus, à família do líder do PSDB na Casa, Arthur Virgílio (AM).

A informação foi divulgada pela assessoria de Virgílio, em nota. O líder do PSDB telefonou ao presidente do Senado solicitando a proteção depois que seu filho Arthur Bisneto, deputado estadual no Amazonas, recebeu ameaças anônimas de morte dirigidas a ele e à família.

As ameaças foram feitas em uma ligação telefônica e duas cartas, uma delas arremessada à varanda da casa do deputado em uma garrafa plástica.

O parlamentar atribui as ameaças ao trabalho que Arthur Bisneto tem feito na Assembléia Legislativa, denunciando "sistematicamente a corrupção que vem ocorrendo na contratação de obras públicas".

Conforme acrescentou o senador Virgílio, as denúncias

envolvem também "desvio de pagamento de *royalties* petrolíferos, reveladas pela Operação Vorax, desencadeada pela Polícia Federal, com a prisão do prefeito de Coari (AM), Sr. Adail Pinheiro".

O próprio Arthur Virgílio vem fazendo essas denúncias em discursos na tribuna do Senado e em artigos publicados, aos domingos, no *Diário do Amazonas* — jornal contra o qual foram disparados tiros no último sábado.



Foto: de Geraldo Magela

João Pedro condena atentado contra jornal de Manaus

Atentado sofrido pelo jornal *Diário do Amazonas*, de Manaus, na madrugada do último sábado, foi repudiado por João Pedro (PT-AM).

O senador contou que aproximadamente 11 tiros foram disparados contra a fachada do jornal, surpreendendo alguns funcionários que se encontravam no interior do prédio, ainda em horário de serviço.

João Pedro adiantou ainda que vai encaminhar expediente ao ministro da Justiça, Tarso Genro, em que solicitará providências para a elucidação do episódio e para impedir que a instituição seja vítima de um segundo atentado.

— Repudio esse ato covarde,

um episódio abominável, na tentativa de intimidar um veículo tão importante para a comunicação. Essas balas covardes não irão intimidar os seus proprietários e os quase 300 funcionários do jornal. Evidentemente que essa é prática antiga, mas não podemos, nos dias atuais, calar diante de tanta brutalidade — declarou.

Em aparte, o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) manifestou apoio ao jornal e ao discurso de João Pedro.



Conheça o Senado

Você também vai se encantar

2ª a 6ª feira

Manhã - 9h30 10h30 11h30

Tarde - 14h30 15h30 16h30

Sábados, domingos e feriados

10h 11h 12h 13h 14h

VISITE O SENADO

www.senado.gov.br